

# Brindeiro pode pedir ao STF abertura de inquérito contra Jader

**Marluza Mattos**

De Brasília

A divulgação da lista de pessoas e empresas que receberam recursos desviados do Banpará, entre 1984 e 1988, tornou ainda mais instável a situação do presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), governador do estado à época. Documentos do Banco Central de 1991, publicados pela revista *Veja*, apontam o senador e sua família como os principais beneficiários da operação. Diante disso, a oposição propôs que a comissão que representa o Congresso durante o recesso se reúna para discutir formas de destituir o presidente do Senado.

A executiva do PFL defendeu a necessidade de medidas que protejam a imagem do Senado. Os peemedebistas se esforçaram para desvincular o partido do seu principal líder, o alvo das acusações. Jader, por sua vez, insistiu na mesma estratégia de defesa: apresentou mais uma vez um parecer do BC, de 1992, elaborado após todos os relatórios de auditorias, que o exime de culpa no caso e disse que, se houve prevaricação, foi a do BC.

Apesar da reação imediata dos

partidos, o episódio só deverá ter prosseguimento no Congresso com o fim do recesso. O PT apresentou ontem seu requerimento pedindo a convocação da comissão, mas Jader poderá considerar que as denúncias contra ele não têm relevância suficiente para interromper o recesso. A senadora Heloísa Helena (PT-AL) e o deputado Geraldo Magela (PT-DF) apresentaram outro requerimento pedindo que os parlamentares tenham acesso ao relatório integral do Banco Central sobre o Banpará. Proposta idêntica já tramita na Comissão de Constituição e Justiça do Senado e deverá ser votada só em agosto.

A oposição também busca declarações de Jader, em discursos recentes, para verificar se o senador disse alguma inverdade a respeito dos depósitos agora revelados. Se for constatada contradição, explicou o deputado Walter Pinheiro (PT-BA), será possível encaminhar pedido de julgamento por quebra de decoro parlamentar de Jader, ao Conselho de Ética.

No PFL, o líder Inocêncio Oliveira pediu que seja ouvido o presidente do BC, Armínio Fraga, sobre os relatórios do banco. Oficialmente, o presidente do BC

avisou ontem, por intermédio de sua assessoria, que não vai comentar o caso. Inocêncio quer esclarecimentos sobre o documento do BC que sustentou, até agora, a defesa de Jader, e que foi assinado pelo então presidente do Banco, Francisco Gros. "(...) não conseguimos detectar provas suficientes, robustas, convincentes, no sentido de, juridicamente, indiciar o sr. Jader Fontenele Barbalho", diz o documento, assinado em 1992 também pelo então procurador geral do BC, José Coelho Ferreira.

O ofício assinado por Gros e Coelho encaminha o processo de mais de mil páginas ao Ministério Público, para aprofundar as investigações, mas tem sido utilizado tanto por Jader quanto pelos que arquivaram o processo até agora como prova de inocência. Ontem, o Procurador Geral da República, Geraldo Brindeiro, admitiu que poderá requisitar a abertura de inquérito criminal, junto ao Supremo Tribunal Federal, contra Jader, caso investigações do Ministério Público reconheçam sua autoria e conclua pelo indiciamento. Em nota oficial, porém, ele destacou que essa conclusão contraria parecer do BC.

O líder do PMDB na Câmara, deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA), declarou ontem que as denúncias são um problema pessoal de Jader e que o partido não tem qualquer ligação com elas. "Não podemos fazer nada em relação a isso. O que o PSB vai fazer com o Anthony Garotinho? O que o PSDB vai fazer com José Ignácio Ferreira?", disse Geddel. Ele negou que a cúpula peemedebista se reunirá para discutir o futuro de Jader. Segundo ele, os próximos encontros têm apenas um objetivo: a eleição do deputado Michel Temer (PMDB-SP) como presidente do partido. Ontem, o senador peemedebista Pedro Simon criticou a permanência de Jader à frente do Senado. Ao lado dele está o senador Ney Suassuna (PB) que admite constrangimento com a situação: "É desagradável para o Senado, para o PMDB, para o cidadão".

O presidente Fernando Henrique salientou, por intermédio do porta-voz, que o Executivo colabora para a elucidação dos fatos quando é incitado pelo Poder Judiciário. "O presidente reitera que esse é um assunto do Congresso", afirmou. *(Colaboraram Taciana Collet e Juliano Basile)*